

INSS vai identificar quem pode receber R\$ 600

Caixa terá cronograma de pagamento como o que foi adotado no saque do FGTS. Voucher será distribuído aos trabalhadores informais. Se o interessado não estiver no Cadastro Único, basta fazer autodeclaração. Não é possível acumular benefícios

GERALDA DOCA, AMANDA ALMEIDA E PEDRO CAPETTI
economia@oglobo.com.br
BRASÍLIA E RIO

O governo repassou ao INSS a tarefa de identificar quem serão os trabalhadores informais que terão direito ao auxílio, para que o voucher no valor de R\$ 600 chegue aos segmentos da população que mais precisam. Segundo o presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães, a base de dados do INSS é mais ampla pois abrange um universo de pessoas que estão fora dos cadastros do Bolsa Família e seguro-desemprego, dois programas já operados pelo banco, e que poderão ser beneficiadas pelo auxílio para enfrentar o coronavírus.

A Caixa fará a maior parte do pagamento do voucher, mas precisa aguardar a aprovação do projeto pelo Senado e a sanção do presidente Jair Bolsonaro, além da edição de um decreto sobre a operacionalização da medida, a partir da próxima semana. O projeto de ajuda de custo do governo federal foi aprovado na Câmara dos Deputados nesta quinta-feira e será votado na segunda-feira pelos senadores.

Para Guimarães, o maior desafio será fazer com que o dinheiro chegue nas mãos de quem não tem conta em

banco, aparelho celular ou internet, caso de muitos trabalhadores informais. De acordo com o projeto, o governo vai considerar o Cadastro Único do Ministério da Cidadania, base de dados do Bolsa Família. Quem não está inscrito neste cadastro pode fazer uma autodeclaração via plataforma digital.

O auxílio será pago por três meses a até duas pessoas de uma mesma família que estejam no mercado informal de trabalho, com renda mensal familiar per capita de até meio salário mínimo (R\$ 522,50) ou renda mensal familiar total de até três salários (R\$ 3.135,00).

— As pessoas não precisam correr para as agências da Caixa agora. Ainda não temos possibilidade de fazer os pagamentos — disse Guimarães.

BENEFÍCIO A 30,5 MILHÕES

Segundo ele, assim que o projeto for sancionado e o INSS fechar o cadastro das pessoas com direito ao voucher, a Caixa vai elaborar um cronograma, como fez com os saques do FGTS, para evitar aglomeração e tumulto nas agências. A estratégia é fazer com que a rede de 13 mil lotéricas em todo o país assumam a maior parte dos pagamentos.

— As lotéricas têm horário de funcionamento flexível e



DANIEL MARENCO/7-1-2020

Trâmite. Pedro Guimarães diz que Caixa ainda não pode iniciar pagamentos

COMO VAI FUNCIONAR O BENEFÍCIO EMERGENCIAL PARA INFORMAIS

Valor a ser pago

R\$ 600, pagos a até duas pessoas da mesma família. Mulheres chefes de família receberão R\$ 1.200.

Período de pagamento

Três meses.

Início do programa

Após aprovação do Senado, sanção do presidente da República e decreto definindo como será execução.

Onde receber

Bancos públicos, especialmente Caixa Econômica, e lotéricas.

Quem pode receber

Trabalhadores sem carteira assinada, com renda mensal por membro da família de até meio salário mínimo (R\$ 522,50) ou renda familiar de até três pisos (R\$ 3.135), maiores de 18 anos e que não recebam outro benefício previdenciário ou assistencial. Quem tem Bolsa Família poderá optar pelo mais vantajoso. Também é preciso ser isento de Imposto de Renda (renda anual abaixo de R\$ 28.559,70 em 2018). Os trabalhadores serão identificados pelo Cadastro Único, base de dados do Bolsa Família. Quem não estiver inscrito poderá fazer autodeclaração via internet. O INSS também vai identificar quem tem direito.

estão próximas das pessoas carentes — disse Guimarães.

Para quem tem conta na Caixa, o banco fará o crédito automático. A expectativa é que haja aumento no volume de clientes nos terminais eletrônicos nas agências.

O voucher será pago a todos os trabalhadores informais, àqueles que não têm carteira assinada e portanto, não têm direito ao seguro-desemprego, desde que se encaixem no critério de renda. Abrange, por exemplo, vendedores ambulantes, motoristas de aplicativos, diaristas, autônomos, microempreendedores individuais (MEI) e contribuintes individuais para a Previdência Social.

Segundo cálculos do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, a medida irá beneficiar 30,5 milhões de pessoas, ao custo de R\$ 59,8 bilhões em três meses. O governo estimou que mais de 24 milhões seriam contemplados.

Em entrevista à colunista Miriam Leitão, do GLOBO, o ministro da Economia, Paulo Guedes, explicou que o trabalhador poderá ir à Caixa e apresentar os seus dados e sua declaração, dizer o quanto recebe e o quanto ganha, e que não está no Bolsa Família nem no BPC. O auxílio, que ele chama de Auxílio Emergencial aos Informais (AEI), será pago por

períodos, como os nascidos de janeiro a março, por exemplo, e cada grupo poderá ir em um dos pontos da Caixa e receber.

Guedes explicou ainda que, primeiro, quer que a pessoa receba e depois é que será averiguado algum erro de autodeclaração. O mais importante agora é atingir e atender à emergência.

Apesar da urgência na votação, o Senado só irá votar o projeto na segunda, pois o texto só foi enviado pela Câmara ontem. Os deputados concluíram a votação na noite de quinta-feira. A articulação para votação é comandada pelo primeiro vice-presidente da Casa, Antonio Anastasia (PSD-MG). A votação deve ocorrer em sessão remota.

Para o pesquisador Marcelo Neri, diretor da FGV Social, a falta de critérios para definir quem está elegível para receber o “coronavoucher” deve gerar uma corrida desenfreada na busca de recursos. Ele defende que o governo use as bases já existentes, além do Cadastro Único, como Imposto de Renda e Caged/Rais.

— A sequência das coisas importa. Você está saindo de uma situação de governo padrão na crise para uma situação que está jogando dinheiro pela janela. Precisamos fazer o cadastro do cadastro.